



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

CONTRATO Nº 087/2020**SEI N.º 0020069-34.2020.6.17.8000****DISPENSA DE LICITAÇÃO****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ANÁLISE MENSAL E SEMESTRAL DA POTABILIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE, E TECSOLO ANÁLISES LAB E CONSULTORIA LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO:**

CONTRATANTE: A **União**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE/PE**, com endereço na Avenida Governador Agamenon Magalhães, n.º 1160, Graças, Recife/PE, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.790.065/0001-00, neste ato representado por seu Diretor-Geral, no uso da atribuição que lhe confere e de acordo com a delegação de competência contida no Art. 1º, inciso II, m, da PORTARIA Nº 62/2020 TRE-PE/PRES/DG/SGP/COPES/SECARF, de 03/02/2020, da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE n.º 29, em 13/02/2020, Orson Santiago Lemos, inscrito no CPF/MF sob o n.º 521.240.454-15, residente e domiciliado em Recife/PE.

CONTRATADA: **TECSOLO ANÁLISES LAB E CONSULTORIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.857.922/0001-34, com endereço na Rua Bispo Cardoso Ayres, n.º 147, Sala 108, Edf. Centro Empresarial do Príncipe, Santo Amaro, Recife/PE, representada pelo sócio, Flávio Antônio Santos da Silva, portador da identidade n.º 2.959.367 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 477.039.384-91, residente e domiciliado em Recife/PE, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social (doc. sei n.º 1353333).

Os **CONTRATANTES** celebram o presente Contrato, por dispensa de licitação com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 e no art. 1.º, I, alínea 'b', da Lei n.º 14.065/2020, de acordo com o Termo de Referência (doc. sei n.º 1357857), o Acordo de Nível de Serviço – ANS (doc sei n.º 1293596), bem como os Pareceres n.º 1176/2020 e 1252/2020, ambos da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral-ASSDG, com despesa autorizada pelo Diretor-Geral no Despacho DG 7470 (doc. sei n.º 1373002), em 02/12/2020, sujeitos às normas da Lei n.º 8.666/93, e à Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, datada de 10/12/2020 (doc. sei n.º 1385474), têm entre si, justa e pactuada a presente contratação, mediante as cláusulas e condições seguintes:

ANEXO I	CRONOGRAMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ANEXO II	PARÂMETROS A SEREM ANALISADOS DE ACORDO COM A PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, E SEUS ANEXOS (ORIGEM: PRT MS/GM 2914/2011), DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.
ANEXO III	ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de análise mensal e semestral da potabilidade da água de consumo nos imóveis relacionados na tabela da **Cláusula Nona**, consoante as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da **CONTRATADA**, os quais integram este instrumento independentemente de transcrição, e nas demais condições descritas neste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato terá início em 1º/01/2021 e término em 31/12/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA –DO PREÇO

A **CONTRATADA** receberá do **CONTRATANTE**, pela prestação dos serviços, a importância de R\$ 32.918,30 (trinta e dois mil novecentos e dezoito reais e trinta centavos), conforme abaixo discriminado:

Itens I e II: Edifício-Sede e Antiga Sede:

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação nº5, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Quantid. Pontos de Coleta	Qtd. de Meses	Total de amostras	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i> (Anexo I)	9	12	108	90,00	9.720,00
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	9	12	108	30,00	3.240,00
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	9	12	108	30,00	3.240,00
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	9	12	108	15,00	1.620,00
5	Padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde (Todos os itens elencados no Anexo VII)	2	2	4	739,574	2.958,30
6	Padrão de cianotoxinas da água para consumo humano (Anexo VIII)	2	2	4	500,00	2.000,00
7	Padrão de radioatividade da água para consumo humano (Anexo IX)	2	2	4	1.000,00	4.000,00
8	Padrão organoléptico de potabilidade (Anexo X) e PH	2	2	4	50,00	200,00
Valor A (R\$) 26.978,296						

Itens III, IV e V: Central de Atendimento de Recife, Centro Administrativo Eleitoral (Bongi) e Central de Atendimento de Olinda:

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação nº5, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Quantid. Pontos de Coleta	Qtd. de Meses	Total de amostras	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i>	12	2	24	90,00	2.160,00

	(Anexo I)					
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	12	2	24	30,00	720,00
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	12	2	24	30,00	720,00
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	12	2	24	15,00	360,00
Valor B (R\$): 3.960,00						

Itens VI e VII: Fórum Eleitoral de Jaboatão e Fórum Eleitoral de Igarassu:

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação nº 5, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Quantid. Pontos de Coleta	Qtd. de Meses	Total de amostras	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i> (Anexo I)	4	2	8	90,00	720,00
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	4	2	8	30,00	240,00
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	4	2	8	30,00	240,00
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	4	2	8	15,00	120,00
Valor C (R\$) 1.320,00						

Item VIII: Fórum Eleitoral de Carpina:

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação nº 5, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Quantid. Pontos de Coleta	Qtd. de Meses	Total de amostras	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i> (Anexo I)	2	2	4	90,00	360,00
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	2	2	4	30,00	120,00
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	2	2	4	30,00	120,00

4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	2	2	4	15,00	60,00
Valor D (R\$)660,00						

Valor Total (A + B + C + D) - R\$ 32.918,30 (trinta e dois mil novecentos e dezoito reais e trinta centavos).

Parágrafo Único – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxas de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da execução deste Contrato correrá por conta dos seguintes elementos orçamentários:

Ação -167661 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - no Estado de Pernambuco.

Natureza de despesa – 33390.39.51 - OST - Pessoa Jurídica / Serviços de Análise e pesquisas Científicas.

Valor da despesa – R\$ 32.918,30 (trinta e dois mil novecentos e dezoito reais e trinta centavos).

Parágrafo único – Logo após a disponibilização orçamentária para atender às despesas do presente Contrato para o exercício de 2021, será lavrado o correspondente apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Pelos serviços efetivamente prestados, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento em favor da **CONTRATADA**, mensalmente, mediante ordem bancária creditada em conta-corrente, agência e banco indicados, em até 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93, valor atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, e pela Lei nº 14.065, de 30/09/2020, e em até 10 (dez) dias úteis, para valores superiores, contado da data do aceite e atesto pelo TRE/PE na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF, deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações fiscais impostas à **CONTRATADA**, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços e do atesto da nota fiscal, aposto pelo gestor do Contrato.

Parágrafo Terceiro - O pagamento relativo ao mês de dezembro poderá ser efetuado de forma proporcional, a critério e no interesse do **CONTRATANTE**, na correspondência dos serviços realizados no mês de dezembro, mediante a emissão das respectivas notas fiscais e a comprovação da quitação das obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto – O saldo correspondente aos dias remanescentes do mês de dezembro será pago no mês de janeiro do exercício seguinte.

Parágrafo Quinto - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço – ANS (Anexo Único), o qual definem objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

Parágrafo Sexto - Ocorrerá, ainda, a glosa no pagamento devido à **CONTRATADA**, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas, conforme Acordo de Nível de Serviços - ANS (Anexo Único), ressalvada a possibilidade de notificação nas primeiras ocorrências, conforme regra contida no art. 16, da Resolução 23.234/2010 – TSE.

Parágrafo Sétimo - O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido junto com a proposta da **CONTRATADA**.

Parágrafo Oitavo - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da **CONTRATADA** (matriz/filial), entre aqueles constantes dos documentos da fase de contratação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

Parágrafo Nono – Em havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a **CONTRATADA** será oficialmente comunicada do fato pelo gestor deste Contrato, e a partir daquela data o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação do documento fiscal.

Parágrafo Décimo - Antes do pagamento à **CONTRATADA**, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no ato da contratação. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a **CONTRATADA** para proceder à regularização, sob pena de

instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão do Contrato, por descumprimento contratual.

Parágrafo Décimo Primeiro - Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo **CONTRATANTE**, entre a data referida na **Cláusula Quinta** e a correspondente ao efetivo adimplemento da nota fiscal/fatura, serão calculados aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX/100) \rightarrow I = (6/100) \rightarrow I = 0,00016438$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Décimo Segundo – A atualização financeira prevista nesta **Cláusula Quinta** será incluída na fatura/nota fiscal seguinte à da ocorrência do atraso do pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

Parágrafo Segundo - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O valor pactuado neste Contrato poderá ser revisto mediante solicitação da **CONTRATADA** com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Instrumento, na forma do art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93 e observadas as eventuais solicitações, que deverão se fazer acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos deste Contrato. A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a planilha de custos e formação de preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Será de responsabilidade do **CONTRATANTE** acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por meio dos servidores designados no processo SEI 0020069-34.2020.6.17.8000.

Parágrafo Único- Na fiscalização e acompanhamento do Contrato, os gestores poderão ser auxiliados por outros servidores, especialmente designados pela Assistência de Gestão Socioambiental - AGS do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – DA DESCRIÇÃO, DO LOCAL, HORÁRIO E PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ser realizada em data e horário previamente combinados com o setor de Assistência de Gestão Socioambiental - AGS do **CONTRATANTE**, nos endereços e locais descritos na tabela abaixo:

Item	Imóvel	Endereço
I	Edifício Sede	Av. Gov. Agamenon Magalhães, n.º 1.160, Graças - Recife/PE

II	Sede Antiga	Av. Rui Barbosa, n.º 320, Graças - Recife/PE
III	Central de Atendimento de Recife	Praça de Cinco Pontas, 321 - São José – Recife/PE
IV	Centro Administrativo Eleitoral (Bongi)	Av. Cônsul Vilarés Fragoso, 291 – Bongi - Recife/PE.
V	Central de Atendimento de Olinda	Rua Dr. Manoel de Almeida Belo, 1091, Bairro Novo - Olinda/PE
VI	Fórum Eleitoral de Jaboatão	Avenida Barreto de Menezes, s/n, Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE
VII	Fórum Eleitoral de Igarassu	Rua Joaquim Nabuco, s/n - Centro - Igarassu/PE
VIII	Fórum Eleitoral de Carpina	Rua Jornal Voz do Planalto, s/n - São José – Carpina/PE

Parágrafo Primeiro - Nos imóveis da Sede e Sede Antiga (itens I e II) serão realizadas análises bacteriológica e físico-química da água.

Parágrafo Segundo - A análise bacteriológica terá periodicidade mensal, enquanto a análise físico-química será realizada semestralmente, conforme Tabela I do Anexo I (Cronograma da Prestação de Serviços) deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Nos demais imóveis (itens III a VIII) serão realizadas apenas análises bacteriológicas semestralmente, de acordo com as Tabelas II, III e IV do Anexo I (Cronograma da Prestação de Serviços) deste Contrato.

Parágrafo Quarto - Deverão ser apresentados, para cada amostra coletada, os relatórios referentes às análises realizadas, em conformidade com os cronogramas descritos nas Tabelas do Anexo I (Cronograma da Prestação de Serviços) deste Contrato.

Parágrafo Quinto - Os relatórios das análises deverão ser conclusivos, claros e objetivos, de forma a não suscitar dúvidas ou interpretações dúbias relativas à potabilidade da água, que terá como fim o consumo humano.

Parágrafo Sexto - Uma vez detectadas não conformidades entre os resultados das análises e os padrões estabelecidos na Portaria de Consolidação Nº 5, de 28 de setembro de 2017, e seus anexos, do Ministério da Saúde, deverá constar dos relatórios a informação das medidas necessárias para solução ou correção de tais desconformidades, as quais serão adotadas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo - Os materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço serão fornecidos pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Oitavo - As análises deverão ser repetidas, sem custo para o **CONTRATANTE**, caso os Laudos tenham resultados inconsistentes ou as amostras sejam perdidas pela **CONTRATADA**, para tanto, as coletas deverão ser realizadas em até 3 (dias) úteis.

Parágrafo Nono - A **CONTRATADA** terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para a apresentação dos relatórios referentes às análises bacteriológicas e de 20 (vinte) dias para os laudos de análises físico-químicas das amostras.

Parágrafo Décimo - Os serviços serão executados nos locais e endereços indicados na tabela acima, podendo haver alteração deste último de acordo com a necessidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- realizar os serviços descritos neste Contrato e de todos aqueles que oferecer em sua proposta;
- coletar amostras das águas a serem analisadas nos endereços descritos nos itens constantes da Tabela descrita na **Cláusula Nona**, proceder às análises solicitadas e emitir os relatórios mencionados nos **Parágrafos Quarto, Quinto e Sexto da Cláusula Nona**;
- utilizar, na execução dos serviços, exclusivamente seus empregados, sendo a única e exclusiva responsável pelo pagamento da sua remuneração e por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- indicar um empregado, o qual ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;
- manter as condições apresentadas por meio da declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade previstos na Cláusula Décima Segunda-**DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**, deste Contrato;

Parágrafo Primeiro - Todos os impostos, taxas, fretes e seguros que incidam ou venham a incidir sobre a presente contratação serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA**, optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), deverá, no ato da assinatura deste Contrato, apresentar ao **CONTRATANTE**, em 2 (duas) vias, declaração - firmada por representante ou procurador da empresa, conforme o caso –, nos moldes do Anexo IV, da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12 (arts. 4º e 6º), alterada pela Instrução Normativa SRF n.º 1.540/15, ambas emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATADA** deverá informar ao **CONTRATANTE** qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso.

Parágrafo Quarto - A declaração supramencionada poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pelo **CONTRATANTE** conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

Parágrafo Quinto - Alternativamente à declaração citada no parágrafo anterior, o **CONTRATANTE** poderá verificar a permanência da **CONTRATADA** no Simples Nacional mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexar cópia da consulta ao Contrato ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a **CONTRATADA** informar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados neste instrumento, desde que não haja óbice legal ou fato impeditivo provocado pela **CONTRATADA**;
- b) permitir, aos empregados da **CONTRATADA**, acesso às suas dependências para execução dos serviços, desde que devidamente identificados e uniformizados;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução dos serviços que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por meio dos servidores indicados para fiscalização e gestão do Contrato;
- e) assegurar-se da boa prestação dos serviços e verificar sempre seu bom desempenho.

Parágrafo Primeiro - Caberá à Assistência de Gestão Socioambiental do **CONTRATANTE** definir com a **CONTRATADA**, o cronograma com a definição da data e hora para o recolhimento das amostras a serem analisadas.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados após a autorização da Assistência de Gestão Socioambiental do **CONTRATANTE**, através da emissão da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Visando à efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais que contribuam para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, bem como no Acórdão nº 1056/2017 – Plenário do TCU; na Resolução nº 201/2015 do CNJ e na Resolução nº 23.474/2016 do TSE, será(ão) exigido(s) como critério(s) de sustentabilidade ambiental, os descritos abaixo:

- a) priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços, nos termos dos incisos II e IV do art. 4º do Decreto nº 7.746/2012;
- b) obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- d) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, DE 11 DE MAIO DE 2016;
- e) não ter sido condenada, a **CONTRATADA** ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105;
- f) atender, no que concerne aos direitos da pessoa com deficiência, ao que estabelece as Leis nº 8.213/1991 e nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão);
- g) observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas;
- h) utilizar produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, com registro vigente;
- i) utilizar, para realização de análises visando aferição de cloro residual, reagentes não inscritos na lista de carcinogênicos, ainda que enquadrados como potencialmente/possivelmente cancerígenos, a exemplo da Ortotolidina;
- j) adotar todos os procedimentos indicados na Ficha Química dos produtos químicos e reagentes utilizados no âmbito do **CONTRATANTE**, durante a vigência contratual, esclarecendo por escrito ao **CONTRATANTE** os procedimentos para manuseio e descarte seguros, nos termos das normas de biossegurança, sanitárias e ambientais em vigor;

k) realizar a separação de todos os resíduos gerados durante os serviços, de acordo com as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos (IN Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 01/2010, Art. 6º, inciso VII) e destiná-los adequadamente, atendendo ao que a Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, observando no descarte a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e, por fim, disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos.

l) garantir o retorno dessas embalagens vazias, dos produtos químicos e reagentes utilizados durante a vigência contratual, ao ciclo industrial, ou, na impossibilidade, dar outra destinação ambientalmente adequada, devendo ainda apresentar comprovação desta destinação;

m) manter as condições descritas nas alíneas acima, o que poderá ser verificado durante toda a vigência do Contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do Contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo:

d.1) considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

d.1.1) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

d.1.2) atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93;

d.1.3) possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos moldes da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

d.1.4) ter sido condenada, a **CONTRATADA** ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

e) cometer fraude fiscal;

f) não manter a proposta.

Parágrafo Primeiro - Pelo cometimento das infrações discriminadas na Cláusula acima, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;
- b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);
- c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** também sujeitar-se-á às sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do parágrafo primeiro desta Cláusula, caso:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Terceiro - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.

Parágrafo Quarto - A aplicação das multas a que alude este Contrato não impede que o **CONTRATANTE** rescinda, unilateralmente, a contratação e aplique as outras sanções previstas neste Contrato, e demais cominações legais.

Parágrafo Quinto - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Sexto - As multas previstas neste Capítulo serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do presente Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, mediante formalização e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivos para a rescisão:

I - inadimplemento da **CONTRATADA**, caracterizado nas seguintes hipóteses:

- a) não-cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) subcontratação total ou parcial de seu objeto, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato;
- c) paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- d) cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 67, § 1º, da Lei n.º 8.666/93;
- e) atraso injustificado na prestação dos serviços contratados;
- f) desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- g) decretação de falência ou instauração de insolvência;
- h) dissolução da sociedade;
- i) alteração social, ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste Contrato;
- j) descumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE**, e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato.

III - inadimplemento do **CONTRATANTE**, caracterizado nas seguintes hipóteses:

- a) supressão dos serviços, sem a anuência da **CONTRATADA**, que acarrete modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93;
- b) suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- c) atraso superior a **90 (noventa) dias** dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes dos serviços, ou parcelas deste, e do fornecimento, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

IV - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

Parágrafo Segundo - No caso de rescisão deste Contrato, sem culpa da **CONTRATADA**, caberá a essa o valor referente à execução deste Contrato até a data da dissolução do vínculo contratual, mas também o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, a devolução da garantia e o pagamento da desmobilização, conforme disposto no art. 79, § 2º, II, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Terceiro - O presente Contrato também poderá ser rescindido amigavelmente ou por determinação judicial, nos termos do art. 79, incisos II e III, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Consoante o prescrito no art. 3.º da Resolução n.º 7, de 18/10/2005, em face da redação dada pela Resolução n.º 9, de 6/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, fica vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação deste Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro - Fica eleito o Foro da Subseção do Recife da Seção Judiciária de Pernambuco da Justiça Federal para dirimir quaisquer litígios oriundos da execução deste Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Segundo - Aplica-se à execução do presente Contrato e, em especial aos casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como, no que couber, a legislação aplicável ao caso concreto.

E, por estarem assim, justas e de acordo, assinam as partes o presente Contrato eletronicamente, juntos às testemunhas abaixo.

CONTRATANTE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Orson Santiago Lemos

Diretor Geral

CPF/MF 521.240.454-15

CONTRATADA – TECSOLO ANÁLISES LAB E CONSULTORIA LTDA - ME**Flávio Antônio Santos da Silva****Sócio**

CPF/MF 477.039.384-91

TESTEMUNHAS**Aurora Capela Gomes**

CPF/MF 768.051.664-20

Sinara Batista da Silva

CPF/MF 717.387.464-53

ANEXO I – CT. N.º 087/2020**CRONOGRAMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****Tabela I:****Análises dos imóveis dos itens I e II: Edifício Sede e Antiga Sede:**

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação N° 5, de 28 de setembro de 2017, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Período da coleta (Meses)	Quantid. Pontos de Coleta	Qtd. de Meses	Total de amostras
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i> (Anexo I)	Jan/2021 a Dez/2021	9	12	108
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	Jan/2021 a Dez/2021	9	12	108
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	Jan/2021 a Dez/2021	9	12	108
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	Jan/2021 a Dez/2021	9	12	108
5	Padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde (Todos os itens elencados no Anexo VII)	Jan/2021 a Dez/2021	2	2	4
6	Padrão de cianotoxinas da água para consumo humano (Todos os itens elencados no Anexo VIII)	Jan/2021 a Dez/2021	2	2	4
7	Padrão de radioatividade da água para consumo humano (Todos os itens elencados no Anexo IX)	Jan/2021 a Dez/2021	2	2	4
8	Padrão organoléptico de potabilidade (Todos os itens elencados no Anexo X) e PH	Jan/2021 a Dez/2021	2	2	4

Tabela II:**Análises dos imóveis dos itens III, IV e V: Central de Atendimento de Recife, Centro Administrativo Eleitoral (Bongi) e Central de Atendimento de Olinda:**

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação N° 5, de 28 de setembro de 2017, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Período da coleta (Meses)	Quantid. Pontos de Coleta	Qtd. de Meses	Total de amostras
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i> (Anexo I)	Jan/2021 a Dez/2021	12	2	24
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	Jan/2021 a Dez/2021	12	2	24

3	Cloro Residual Livre e Temperatura	Jan/2021 a Dez/2021	12	2	24
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	Jan/2021 a Dez/2021	12	2	24

Tabela III:

Análises dos imóveis dos itens VI e VII: Fórum Eleitoral de Jaboatão e Fórum Eleitoral de Igarassu:

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação N° 5, de 28 de setembro de 2017, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Período da coleta (Meses)	Quantid. Pontos de Coleta	Qtd. de Meses	Total de amostras
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i> (Anexo I)	Jan/2021 a Dez/2021	4	2	8
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	Jan/2021 a Dez/2021	4	2	8
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	Jan/2021 a Dez/2021	4	2	8
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	Jan/2021 a Dez/2021	4	2	8

Tabela IV:

Análises dos imóvel dos item VIII: Fórum Eleitoral de Carpina:

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação N° 5, de 28 de setembro de 2017, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Período da coleta (Meses)	Quantid. Pontos de Coleta	Qtd. de Meses	Total de amostras
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i> (Anexo I)	Jan/2021 a Dez/2021	2	2	4
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	Jan/2021 a Dez/2021	2	2	4
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	Jan/2021 a Dez/2021	2	2	4
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	Jan/2021 a Dez/2021	2	2	4

ANEXO II - CT. N.º 087/2020

PARÂMETROS A SEREM ANALISADOS DE ACORDO COM A PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO N° 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, E SEUS ANEXOS (ORIGEM: PRT MS/GM 2914/2011), DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Nos imóveis da Sede e Antiga Sede (itens I e II):

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação N° 5, de 28 de setembro de 2017, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Locais dos pontos de coleta		Quant. Pontos de Coleta
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i>	Edifício Sede	Reservatório principal	6
			Reservatório superior	
			02 pontos de consumo direto	
			02 bebedouros	
		Sede Antiga	Reservatório	3
			01 ponto de consumo direto	
			01 bebedouro	
Total de pontos de coleta				9
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	Edifício Sede	Reservatório principal	6
			Reservatório superior	
			02 pontos de consumo direto	
			02 bebedouros	
		Sede Antiga	Reservatório	3
			01 ponto de consumo direto	
			01 bebedouro	
Total de pontos de coleta				9
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	Edifício Sede	Reservatório principal	
			Reservatório superior	

		Sede Antiga	02 pontos de consumo direto	6
			02 bebedouros	
			Reservatório	3
			01 ponto de consumo direto	
			01 bebedouro	
Total de pontos de coleta				9
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	Edifício Sede	Reservatório principal	6
			Reservatório superior	
			02 pontos de consumo direto	
			02 bebedouros	
		Sede Antiga	Reservatório	3
			01 ponto de consumo direto	
			01 bebedouro	
Total de pontos de coleta				9
5	Padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde (Todos os itens elencados no Anexo VII)	Edifício Sede	Reservatório principal	1
		Sede Antiga	Reservatório	1
Total de pontos de coleta				2
6	Padrão de cianotoxinas da água para consumo humano (Todos os itens elencados no Anexo VIII)	Edifício Sede	Reservatório principal	1
		Sede Antiga	Reservatório	1
Total de pontos de coleta				2
7	Padrão de radioatividade da água para consumo humano (Todos os itens elencados no Anexo IX)	Edifício Sede	Reservatório principal	1
		Sede Antiga	Reservatório	1
Total de pontos de coleta				2
8	Padrão organoléptico de potabilidade (Todos os itens elencados no Anexo X) e PH	Edifício Sede	Reservatório principal	1
		Sede Antiga	Reservatório	1
Total de pontos de coleta				2

Nos demais imóveis (itens III a VIII):

	Parâmetros a serem analisados de acordo com a Portaria de Consolidação N° 5, de 28 de setebro de 2017, e seus anexos (Origem: PRT MS/GM 2914/2011), do Ministério da Saúde.	Locais dos pontos de coleta		Quant. Pontos de Coleta
1	Coliformes Totais e <i>Escherichia Coli</i>	Central de Atendimento de Recife	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
		Centro Administrativo Eleitoral (Bongi)	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
		Central de Atendimento de Olinda	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
		Fórum Eleitoral de Jaboatão	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
		Fórum Eleitoral de Igarassu	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
Fórum Eleitoral de Carpina	01 ponto de consumo	2		
	01 bebedouro			
Total de pontos de coleta				12
2	Contagem de Bactérias Heterotróficas	Central de Atendimento de Recife	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
		Centro Administrativo Eleitoral (Bongi)	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
		Central de Atendimento de Olinda	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
		Fórum Eleitoral de Jaboatão	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	
		Fórum Eleitoral de Igarassu	01 ponto de consumo	2
			01 bebedouro	

		Fórum Eleitoral de Carpina	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
Total de pontos de coleta				12
3	Cloro Residual Livre e Temperatura	Central de Atendimento de Recife	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Centro Administrativo Eleitoral (Bongi)	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Central de Atendimento de Olinda	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Fórum Eleitoral de Jaboatão	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Fórum Eleitoral de Igarassu	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Fórum Eleitoral de Carpina	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
Total de pontos de coleta				12
4	Padrão de turbidez para água (Anexo II)	Central de Atendimento de Recife	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Centro Administrativo Eleitoral (Bongi)	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Central de Atendimento de Olinda	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Fórum Eleitoral de Jaboatão	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Fórum Eleitoral de Igarassu	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
		Fórum Eleitoral de Carpina	01 ponto de consumo	
			01 bebedouro	2
Total de pontos de coleta				12

ANEXO III – CT. N° 087/2020

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS

Ref.: Contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de Análise da Potabilidade da Água de Consumo em prédios do TRE-PE.

Os preços estabelecidos neste Contrato para a realização dos serviços se referem à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução que atinja os objetivos dos serviços contratados, sem a máxima qualidade, importará em pagamento proporcional ao realizado, nos termos do artigo 15 da Resolução TSE n. 23.234/2010.

Tais ajustes visam a assegurar ao Contratante e à Contratada o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução, com a dedução prevista na Res. TSE 23.234/2010.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o 5º dia útil do mês seguinte o **"Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida"**, que conterá, no mínimo:

- número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- número do Contrato;
- partes contratuais;
- síntese do objeto;
- resumo/resultado da avaliação pelo Gestor do contrato - lista mensal de Imperfeições;
- fator de aceitação;
- fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços (uma das cinco faixas);
- ata preenchida conforme item 3

Nos termos do artigo 16 da Res. TSE 23.234/2010, nas 3 (três) primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo Contratante poderá ser objeto apenas de notificação.

Nos termos do artigo 31, § 1º, da Res. TSE 23.234/2010, a empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1 . AVALIAÇÃO PELO GESTOR/GESTOR SUBSTITUTO

Os serviços objeto deste Contrato serão constantemente avaliados pelo Gestor/Gestor substituto da Contratante, que assinalará as falhas na **"Relação de Imperfeições por serviço prestado"**, com total de ocorrências registradas ao final de cada mês em um único documento, com os mesmos indicadores, intitulada **"Lista Mensal de Imperfeições"**.

2 . RELAÇÃO DE IMPERFEIÇÕES POR SERVIÇO PRESTADO / LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES

As Relações de Imperfeições Por Serviço Prestado deverão ser apresentadas pelo GESTOR da Contratante ao representante da Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias após a entrega do bem ou execução do serviço, devendo este último tomar conhecimento das ocorrências apontadas.

2.1. Até o 5º dia útil posterior ao mês da realização dos serviços contratados, o Preposto da Contratada e o Gestor designado pela Contratante farão o resumo das ocorrências na LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES, preenchendo cada um dos indicativos da

avaliação de falhas, totalizando as ocorrências do mês em referência e indicando sinteticamente o dia e o fato gerador na tabela.

2.2. A Relação de Imperfeições Por Serviço Prestado e a Lista Mensal de Imperfeições a serem utilizadas como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de Análise da Potabilidade da Água de Consumo, terão os indicativos abaixo:

LISTA MENSAL DE IMPERFEIÇÕES

SERVIÇO: _____

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: _____/ _____

1 – Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

2 – Não atendimento ou atendimento parcial ao agendamento de prestação dos serviços

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

3 – Deixar de comunicar à gestão do contrato qualquer anormalidade que possa influenciar na disponibilização do serviço.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

4 – Realizar entrega ou execução do serviço em prazo superior ao contratual, ou apresentar laudos parciais ou com informações inconsistentes ou incompletas.

Total de Ocorrências: ____

Data da ocorrência	Descrição sintética

3. TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS

Diante dos dados constantes na “Lista de Imperfeições”, o Gestor do Contratante e o preposto da Contratada ainda promoverão a tabulação dos mesmos, registrando-os na **tabela de Imperfeições e Efeitos Remuneratórios**, abaixo, de modo a identificar o respectivo **percentual de aceitação dos serviços (item 4)**, registrando todo o procedimento em ata.

TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS – para tabulação dos dados constantes na “Lista de Imperfeições”

Imperfeição	1	2	3	4	Total (Fator de Aceitação)
Total de ocorrências					
Tolerância (-)	2	2	0	1	
Excesso de Imperfeições (=)					
Peso (X)	4	5	8	8	
Número corrigido (=)					

3.1. Instruções para aplicação desta tabela:

- as listas com indicações das imperfeições identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo que o Gestor do Contrato, acompanhada pelo Preposto da Contratada, preencherá as respectivas linhas inteiras, que contemplam todas as hipóteses de verificação da qualidade dos serviços, com base na avaliação própria e na dos usuários;
- após, todas as ocorrências serão somadas na linha TOTAL de ocorrências por tipo de infração, correspondendo à cada uma das colunas. A seguir, do valor totalizado em cada coluna de verificação qualitativa será deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA prevista/admitida (por coluna), obtendo-se o valor correspondente, EXCESSO DE IMPERFEIÇÕES, para cada coluna;
- posteriormente, cada valor de excesso de imperfeições será multiplicado pelo PESO indicado em cada coluna, obtendo-se, pois, o NÚMERO CORRIGIDO por tipo de apontamento [cada um dos 4 (quatro) itens]. Os números atribuídos como PESO foram estabelecidos com base em imperfeições de nível baixo (4), nível médio (5), nível alto (6) e nível altíssimo (8);
- ao final, será somada toda a linha com os números corrigidos, obtendo-se um número chamado de FATOR DE ACEITAÇÃO;

Observação: Não serão considerados valores negativos.

4. A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas abaixo (PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS), conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS.

PERCENTUAL DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS - EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de Análise de Potabilidade da Água:

- Faixa 01 – Fator de Aceitação de 0 a 03: **100%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 02 – Fator de Aceitação de 04 a 33: **95%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 03 – Fator de Aceitação de 34 a 66: **90%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 04 – Fator de Aceitação de 67 a 99: **85%** de avaliação dos serviços;
- Faixa 05 – Fator de Aceitação de 100 a 132: **80%** de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.



Documento assinado eletronicamente por **ORSON SANTIAGO LEMOS, Diretor(a) Geral**, em 16/12/2020, às 16:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Antônio Santos da Silva, CPF 477.039.384-91 - TECSOLO ANÁLISES LAB E CONSULTORIA LTDA - ME, Usuário Externo**, em 17/12/2020, às 09:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AURORA CAPELA GOMES TORRES, Assessor(a) Chefe**, em 17/12/2020, às 10:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SINARA BATISTA DA SILVA, Analista Judiciário(a)**, em 17/12/2020, às 13:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1391017** e o código CRC **475FD5F5**.